

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

JOSÉ LUIZ BAGGIO CARDOSO

**PERFIL DOS GESTORES DE ESPORTE E LAZER DA
MICRORREGIÃO DE IVAIPORÃ, PARANÁ.**

IVAIPORÃ

2016

JOSÉ LUIZ BAGGIO CARDOSO

**PERFIL DOS GESTORES DE ESPORTE E LAZER DA
MICRORREGIÃO DE IVAIPORÃ, PARANÁ.**

Projeto de Pesquisa (Monografia) apresentado à UEM - Universidade Estadual de Maringá - como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Eduard Ângelo Bendrath

IVAIPORÃ
2016

JOSÉ LUIZ BAGGIO CARDOSO

**PERFIL DOS GESTORES DE ESPORTE E LAZER DA
MICRORREGIÃO DE IVAIPORÃ-PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado à UEM -
Universidade Estadual de Maringá -
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em _____ / _____ / _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduard Ângelo Bendorath
UEM - CRV

Profª Ms. Andreia Paula Basei
UEM - CRV

Profª Andressa Pelloi Bernabé
UEM - DEF

Dedico este trabalho a Deus e a minha esposa, a minha família e aos meus pais que estiveram sempre comigo nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

A Deus, por ter me dado força para conciliar trabalho e estudo, pois muitas vezes pensei em desistir, mas graças a ele, consegui concluir este trabalho.

Ao meu professor orientador, Dr. Eduard Ângelo Bendrath, pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, sempre incentivou e colaborou para a conclusão desse trabalho.

Agradeço, especialmente, à minha família, pelo apoio para que eu concretizasse esse trabalho: minha mãe e meu pai, sempre incentivando; e, em especial a minha esposa, Rafaela Cereja Baggio, que esteve sempre ao meu lado, entendendo-me nos momentos de ausência, dando-me apoio e carinho.

Enfim, agradeço a todos os professores, colegas de turma e funcionários do campus, pela colaboração no dia a dia, que de alguma forma contribuíram para conclusão desse trabalho.

Esportes não formam o caráter.

Revelam-no.

Heywood Campbell Bourn.

CARDOSO, José.L.B. **Perfil Dos Gestores De Esporte E Lazer Da Microrregião De Ivaiporã, Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

RESUMO

As políticas públicas são realizadas para contemplar toda a sociedade, podendo ser desenvolvidas em três níveis: União, Estado e Municípios. Essas ações passaram por várias mudanças com o intuito de melhorar a qualidade de vida de toda sociedade. Com as políticas públicas de esporte e lazer não foi diferente, com o passar dos anos sofreram algumas alterações com o objetivo de melhor atender a comunidade. Entretanto os estudos a esse respeito ainda são escassos na microrregião de Ivaiporã, o que mostra a importância do estudo. Surgiu o objetivo geral deste trabalho, identificar, caracterizar e definir o perfil profissiográfico dos gestores de esporte e lazer dos municípios da microrregião de Ivaiporã Paraná. Para tanto traçou-se um perfil dos gestores de esporte e lazer da região, através de uma pesquisa quanti-quali, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, e como instrumento de análise o software SPSS versão 20.0, onde indentificou – se que os gestores são em sua maioria homens, de etnia branca e por volta de 41 anos, que tem 1 a 3 anos de experiência, recebendo 1 a 3 salários mínimos em média e que em sua grande maioria estão filiados a um partido eleitoral e são indicados para o cargo pelos políticos eleitos em seu município. Os gestores possuem em sua maioria formação na área de Educação Física, e que procuram formação específica para o cargo que exercem, sendo constatado que há uma relação entre a formação e o tempo em que o gestor se matem no cargo, sendo que quanto maior a formação mais tempo o gestor permanece na função. Constatou-se também que os gestores possuem pouca clareza sobre os conceitos de esporte e lazer, e também tem pouco conhecimento sobre as leis referentes as políticas públicas de esporte e lazer, sendo este um fato preocupante ao pensarmos que são esses conhecimentos que nortearão as ações dos gestores.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Esporte e Lazer. Perfil dos Gestores.

CARDOSO, José.L.B. **Perfil Dos Gestores De Esporte E Lazer Da Microrregião De Ivaiporã, Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

ABSTRACT

The public policies are performed to contemplate all the society; it can be developed in three levels: Union, State and Municipalities. These actions went through many changes with the intention of improving the life's quality of the whole society. Over the years, the public policies of sport and leisure suffered some changes in order to better serve the community. Although the studies about this issue are still scarce in the micro region of Ivaiporã, what proves the importance of this study. It has appeared the general objective of this work, identify, characterize and define the professional profile of the managers of sport and leisure in the cities of the Vale do Ivaí's micro region. For both drew up a profile of sports managers and leisure in the region , through a quantitative and qualitative research, using semi-structured interviews as data collection instrument and as an analytical tool SPSS software version 20.0, and it has presented, mostly men, white ethnicity and around 41 years old, from 1 to 3 years of experience, receiving from 1 to 3 minimum wages, and mostly of them are affiliate in a political party and they are indicated for a position by the politics elected in their cities. Managers have mostly training in the area of Physical Education, and seeking specific training for the job they carry out, and found that there is a relationship between the training and the time when the manager is killed on the job, and the greater the more time training the manager remains in function. It was also found that managers have little clarity suffers the concepts of sport and leisure, and they have little knowledge about the laws regarding public policies of sport and leisure, which is a disturbing fact to think that these are knowledge that will guide the actions managers.

Key-Words: Public Policies. Sport and Leisure. Manager's profile.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Salário.....	36
-------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- PIB Per Capita	29
Quadro 2- Escolaridade x Renda	39
Quadro 3- Escolaridade x Experiência no Cargo	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Formação dos Gestores.....	33
Tabela 2 -	Participação em Cursos de acordo com a escolaridade.....	38
Tabela 3 -	Remuneração por cidade.....	40
Tabela 4 -	Experiência e busca por qualificação.....	43
Tabela 5 -	Conhecimento sobre legislação da área.....	43
Tabela 6 -	Conhecimento fundamentado sobre o conceito de esporte.....	44
Tabela 7 -	Conhecimento fundamentado sobre o conceito de lazer.....	45
Tabela 8 -	Planejamento das ações.....	46
Tabela 9 -	Experiência de acordo com a existência de planejamento.....	47
Tabela 10 -	Principais dificuldades das pastas.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ONG- Organização Não Governamental

SPSS- Statistical Package For Social Science

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO.....	17
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO PARANÁ.....	20
2.3 GESTÃO ESPORTIVA CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	25
3. METODOLOGIA.....	29
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
4.1 PERFIL GERAL.....	31
4.2 PERFIL DO CARGO.....	34
4.3 PERFIL DE AÇÕES.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
LISTA DE APÊNDICES.....	56
APÊNDICE A – Autorização para a Pesquisa.....	56
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Questionário.....	57
APÊNDICE C– Entrevista Semi-Estruturada.....	59

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar e traçar o perfil do gestor público de esporte e lazer atuante na microrregião de Ivaiporã Paraná com relação do cargo que está inserido, construindo dessa forma um esboço do perfil profissiográfico, proporcionando o conhecimento de quem são as pessoas responsáveis por construir e implantar políticas públicas de esporte e lazer na referida região.

A formação superior em educação física pode ser um caminho adequado para o entendimento de que a formulação de políticas e a gestão do esporte e lazer necessitam de uma formação profissional adequada. Dessa forma, compreender como o gestor municipal exerce suas ações e quais são as experiências relacionadas ao esporte e lazer e a sua direta relação com sua formação profissional poderá trazer indicativos importantes sobre a temática.

Quem é o gestor de esporte e lazer, quais são seus prévios conhecimentos sobre a área, qual a articulação existente entre as diferentes instâncias de gestão do município, são perguntas que nortearam a construção desse trabalho monográfico.

Assim, debatendo com a literatura qual o papel do gestor, qual é a sua função e suas responsabilidades, com essa relação encontramos o gestor como principal articulador quando se refere as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, ele é um dos responsáveis em desenvolver e implantar de uma forma que atendam a todos, independente de classes sociais, idades, etnia e sexo e posteriormente analisar a sua concepção e entendimento sobre os conceitos de esporte e lazer.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada em 10 municípios da microrregião de Ivaiporã Paraná com os respectivos gestores de esporte e lazer. Os dados foram coletados a partir da realização de uma entrevista semiestruturada, que, depois de transcrita, foi quantificada e lançada em uma base de dados para posterior análise.

Analisou-se as informações coletadas a partir do princípio elementar da estatística descritiva, com o intuito de construção de uma visão sobre quem são os gestores de esporte e lazer. Optou-se pelo uso da frequência, percentual, médias e cruzamento de informações para chegar a um denominador geral do perfil profissiográfico desses gestores, que estão atuando na região.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente estudo está relacionado com um projeto maior que é Análise dos Agentes Públicos do Sistema Nacional de Esporte (processo 5478/14) sendo desenvolvido em Maringá na Universidade Estadual de Maringá (UEM) sendo coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo que se ramifica, com as parcerias que foram feitas com outras universidades do estado do Paraná formando um projeto guarda-chuva, que se divide em várias outras pesquisas de naturezas semelhantes. Assim, justificativa-se a importância de identificar e analisar o perfil do gestor que está inserido nos municípios da microrregião de Ivaiporã, responsável pelas tomadas de decisões das ações de esporte e lazer.

Conhecer o perfil dos profissionais que atuam nas secretarias e departamentos municipais pode indicar a direção das políticas públicas adotadas e ser um parâmetro de possível análise da gestão do esporte e lazer. Entende-se que o gestor tem como função, desenvolver e proporcionar a prática com relação ao esporte e lazer em todo seu município, para que atenda toda população com projetos voltados para as iniciações de esportes e de lazer, inclusão social, educação e competição, e de profilaxia e saúde de toda a comunidade fazendo seu papel de administrador público com vistas à assegurar o bom desenvolvimento das ações propostas dentro do espectro das políticas públicas.

Ainda são escassos os estudos sobre a referida temática na região do Vale do Ivaí, o que por si só, já justifica a realização dessa pesquisa, que pode, dentre outros aspectos, colaborar para uma possível avaliação futura do nível de gestão ocorrida em cada município a partir do perfil do gestor responsável por essa área nas prefeituras.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual o perfil do gestor que trabalha com esporte e lazer nas cidades da microrregião de Ivaiporã, Paraná?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Caracterizar e definir o perfil profissiográfico¹ dos gestores de esporte e lazer dos municípios da microrregião de Ivaiporã Paraná.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar o perfil geral dos sujeitos gestores de esporte e lazer nas cidades pesquisadas.
- Identificar e analisar o perfil referente ao cargo, suas características e especificidades.
- Identificar e analisar o perfil de ação dos gestores de esporte e lazer.

¹ Compreende-se como “Perfil Profissiográfico” a relação entre características da função e ação desempenhada, e a formação específica para o próprio exercício profissional.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO

Consideramos quatro fundadores os “pais” da área de políticas públicas sendo H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Cada um com seus pensamentos e contribuindo para a evolução da área, Souza (2006, p. 24-25) cita essas ações como as principais definições dos autores:

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/ acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Ainda Souza (2006) diz que não existe uma única e exclusiva definição para o conceito de políticas públicas, comprovando isso a autora cita várias definições de diferentes estudiosos da área:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre

política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Souza (2006) ainda cita que há definições de políticas públicas, estas estão voltadas para os problemas, e que o Estado representado pelo governo é o principal responsável para dar as soluções, essas definições são criticadas, pois, restringem a atuação dessa área de conhecimento e ignora que o Estado pode organizar suas políticas em parcerias com outros setores da sociedade. Assim, Souza (2006) resume o conceito de políticas públicas como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Conforme Areias e Borges (2011, p. 578) as políticas públicas são de grande importância para a sociedade, e pode ser utilizada como instrumento do estado na busca da legitimidade. Assim, para Prates e Prates (2005, p. 5) devemos reconhecer que a implementação de políticas públicas, é dever do poder executivo, podendo ser agilizada, priorizada ou conduzida, de modo mais ou menos eficaz, isso está diretamente ligado com a gestão que está sendo realizada, administrada tanto no Município, Estado ou União.

Segundo Alvez e Pieranti (2007, p. 4) “por Estado entende-se o conjunto de estruturas político administrativas, organizadas em conformidade com regulamentações legais originadas no âmbito público”, e para Levi (2000, apud ALVEZ; PIERANTI, 2007, p. 04) o governo pode ser entendido como:

[...]como o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que por governantes se entende o conjunto de pessoas que governam o Estado”. A sociedade, por sua vez, é o conjunto de pessoas que estão submetidas aos ditames governamentais, não participando diretamente da gestão dos recursos públicos e das estruturas estatais. No âmbito público, tendo como atores principais os governos, nascem as políticas públicas, voltadas à regulação de áreas específicas.

Assim sendo, Estado são as instituições permanentes como órgãos legislativos, tribunais, exército, etc. e o governo como os programas e projetos que parte de grupos de pessoas (políticos, técnicos, organismos) para a sociedade como um todo, ou seja, grupos políticos que desempenham a função de Estado por um determinado tempo. Em se tratando das políticas públicas, quem as executa é o

poder executivo/poder público a partir de um projeto, programas e ações de governo, voltadas para setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2011).

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (HÖFLING, 2011, p.)

Quando o Estado, representado pelo governo elabora suas propostas de políticas públicas ele deve visar o bem estar de todos os cidadãos e amenizar os impactos causados por uma sociedade capitalista e desigual, dando oportunidades para que todos tenham acesso aos seus direitos e possam se desenvolver totalmente, o que garante também o desenvolvimento do país. Hofling (2011, p. 39) julga que o Estado que considera sua função de atender a sociedade como um todo, sem privilégios as classes dominantes, deve estabelecer como prioridade “programas de ação que atinjam a todos e possibilite a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social”.

Embora seja o Estado, as pessoas que são responsáveis por essa função (governantes) de planejar, executar e garantir que as políticas públicas aconteçam, mudanças ocorridas nos últimos anos nessa área não o colocam sozinho, a descentralização do poder vem a ser uma iniciativa para que essas políticas sejam executas com maior êxito em parceria com o segundo setor, as empresas privadas, e o terceiro setor as instituições não governamentais e sem fins lucrativos. Isso porque essa descentralização possibilita um contato maior com a população, suas necessidades e demandas auxiliando na elaboração dos projetos e programas de políticas públicas (JUNQUEIRA, 2004).

Essa descentralização que vem ocorrendo em nosso país é recente e por isso ainda exige muito a se fazer para que ela se expanda e garanta políticas públicas necessárias e eficazes. Assim, o Estado que necessita da empresa privada para crescer economicamente e as empresas que precisam do Estado para regulamentação e obtenção de lucros trabalham em conjunto para garantir os direitos dos cidadãos (BENEDITO; MENEZES, 2013). Também é possível observar essa articulação no terceiro setor quando essa parceria ocorre, quando o Estado transfere algumas de suas competências para organizações da sociedade civil, que

passam a assumir em caráter complementar e em parceria, ações sociais que possibilitam oferecer à população melhores condições de vida. As ONGs também são um canal de comunicação entre Estado e sociedade, é por onde a sociedade tem suas necessidades ouvidas, o que facilita a elaboração de políticas que venham a atender essas necessidades (JUNQUEIRA, 2004).

Essas transformações ocorridas na forma de aplicar as políticas públicas ocorreram também na área do esporte. Em seu contexto histórico nacional podemos compreender que o esporte em muitos casos foi usado como uma ferramenta ideológica dos governos. Na década de 1940 o Presidente da República da época, Getúlio Vargas patrocinava o esporte por meio da máquina estatal e usava o estádio de São Januário para se pronunciar, o maior do Rio de Janeiro, fazendo discursos em datas comemorativas, com a imagem de “o pai dos pobres”(ALVEZ; PIERANTI, 2007).

Também o governo Médici aproveitou a Copa do Mundo de 1970 vencida pela seleção Brasileira, para influenciar o amor ao patriotismo, podendo disfarçar alguns distúrbios políticos internos da época, fomentado pela própria música da campanha assim lembrado o povo brasileiro em aumentar a união e ser um povo próspero, demonstrando uma identidade positiva associando com a vitória esportiva com um desconfiado sucesso político do governo (ALVEZ; PIERANTI, 2007).

Devido a essa crescente difusão do esporte no seio social, chegou-se a um patamar a partir do que se compreende de “Esporte para Todos” que visa o prazer, a saúde, lazer e satisfação, passando a ser, dessa forma, um fenômeno social alvo das políticas públicas. Dessa forma o Estado assume papel legitimador de tais práticas, imputando para si a responsabilidade executiva e deliberativa de tais políticas. Nessa perspectiva, Alvez e Pieranti (2007, p. 03) definem o papel do Estado como um ator central, na regulação das mudanças que passa o esporte no presente, e na própria reforma que passa a máquina administrativa.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO PARANÁ

O esporte compreendido como uma atividade pública, sendo sugerida para todos da sociedade e assim ligado a campos diversos, abre espaço para o

desenvolvimento de uma Política Nacional de Esporte. Essa política se inicia no âmbito governamental e é de sua responsabilidade, mas, ressalta-se que deve ter uma ampla discussão de segmentos distintos da sociedade. Constituindo assim, uma abordagem coletiva às questões, diferenciando das opções do mercado, a primeira destaca a função social dando ênfase ao atendimento das demandas e anseios da sociedade, a segunda prevalece à compreensão da iniciativa privada, nesta colocação fica mais claro o espírito público que permeia o entendimento para o desenvolvimento do esporte (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 08).

A comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro em 1985, ministrada por Manoel Tubino, regulamentou pelo Decreto nº 91.452 que o Esporte no Brasil tivesse seu conceito ampliado, assim deixando a única perspectiva de desempenho, sendo elas o Esporte educação, Esporte participação (lazer) e Esporte performance (desempenho), de tal modo que foram introduzidas, na realidade esportiva nacional (TUBINO, 2010, p 29).

A constituição Brasileira de 1988 no artigo 217 prevê o acesso ao esporte a todo cidadão como direito, assim estabelecendo-o como dever e obrigação do Estado à oferta de práticas esportivas, com o princípio de inclusão de todos na prática de esporte e lazer, assim contribuindo com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social.

Art. 217. É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Na constituição do Estado do Paraná o Art. 197, 198, destaca claramente o envolvimento do estado com as políticas públicas de esporte perante a sociedade:

Art. 197. É dever de o Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

I – autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;

II – destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III – incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V – estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI – tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

VII – equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Art. 198. Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

O Estado do Paraná também sancionou a Lei nº 17742 de 30/10/2013 que trata do processo de incentivo ao esporte, diferenciando da lei federal, Lei 11.438 de dezembro de 2006, na origem dos recursos destinados ao esporte, sendo que no âmbito federal os recursos vem do Imposto de Renda, enquanto na proposta paranaense os incentivos são derivados do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) (PARANÁ, 2013). Esta lei determina que:

§ 1º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos desportivos de que trata o caput deste artigo, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual.

§ 2º O montante máximo de recursos disponíveis para captação aos projetos credenciados pela Secretaria de Estado do Esporte será fixado em cada exercício pela Secretaria de Estado da Fazenda, ficando limitado até 0,2% (dois décimos por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativo ao exercício imediatamente anterior (PARANA, 2013).

Assim sendo, fazem parte dos programas que o Estado desenvolve dentro da Secretaria de Esporte e Turismo para promover o esporte, tanto de rendimento quanto de participação, que seria o esporte para todos com fins sociais: os Jogos Abertos, Jogos da Juventude, Jogos Paradesportivos, Jogos Escolares e Jogos Universitários do Paraná. Estes segundo a Secretaria tem por objetivos:

Fomentar e estimular o esporte de rendimento com vistas à obtenção de resultados a médio e longo prazos, tendo como base a ciência do esporte, a excelência e a ética.

Promover e implementar ações voltadas ao esporte educacional, alicerçadas em valores de cidadania, integração, cooperação e participação, sem descartar a possibilidade do surgimento do talento esportivo como consequência da prática (SECRETARIA DO ESPORTE E TURISMO DO PARANÁ, 2010).

A secretaria conta também com projetos como o Paraná Saudável, desenvolvido em parceria com outras secretarias, e visa reduzir a obesidade através da alimentação saudável e da prática de atividades física de escolares do ensino infantil, fundamental e médio. Além do Projeto Segundo Tempo em parceria com o ministério do Esporte que tem por objetivo democratizar e ampliar o acesso ao esporte e formação escolar nos municípios do Estado, com a oferta de modalidades esportivas para crianças e adolescentes com idades entre 06 e 17 anos em contraturno escolar. E tem também projetos na área sócioesportiva que visam criar e desenvolver atividades que atendam a qualidade de vida dos cidadãos paranaenses, visando o fomento da prática do esporte participação, em todos seus segmentos, desde criança, adolescentes, jovens, adultos e idosos dentre eles: festival dos povos indígenas do Paraná, jogos abertos do vale do Ivaí, projeto idoso ativo, entre outros.

Segundo Toledo e Bega (2009), iniciativas como Jogos Escolares, Projeto Segundo Tempo, entre outros, embora tenham objetivos e finalidades específicas acabam por estimular apenas o esporte rendimento, que tem por características ser seletivo e excludente o que contraria a ideia de esporte para todos.

Programa Segundo Tempo, uma vez que, ocorrendo no contra-turno escolar e proporcionando atividades esportivas e culturais para as crianças e adolescentes em situação de risco social, veicula um discurso de inclusão social, mas privilegia a detecção e seleção precoce de talentos esportivos para alimentar a esfera do esporte de alto rendimento. [...] O esporte, na manifestação de alta performance, proporciona aos entes governamentais um retorno que se configura como “um produto simbólico que é o prestígio/reconhecimento internacional com repercussões internas de caráter legitimador” o que pode ser identificado na exploração, pelos governantes e também pelos dirigentes de entidades esportivas, das conquistas obtidas pelos atletas de representação nacional e, analogamente, pelas representações municipais/estaduais nas competições nacionais (TOLEDO; BEGA, 2009, p. 5-6).

Segundo Starepravo e Mezzadri (2013) também os municípios estão incluídos na formulação das políticas públicas desportivas, e tem como objetivo conhecer todas as necessidades básicas da população que está inserida no mesmo. Em relação a área do desporto, o poder público deve disponibilizar áreas adequadas para o seu desenvolvimento tais como centros desportivos e também espaços para

treinar e desenvolver capacidades dos praticantes, juntamente com estes espaços, promover eventos esportivos. Entretanto ainda segundo os autores constata-se que a maior parte das aplicação de políticas e projetos nos municípios analisados voltam-se apenas para o esporte rendimento.

No entanto, para Zingone (1998, p. 05) as políticas de esporte e lazer inseridas na sociedade, ainda são manifestadas como políticas de atividades, que se reduz em colocar material esportivo ou cessão de equipamentos específicos, não se preocupando com a participação dos indivíduos que estão inseridos. Assim encontramos eventos proporcionados sem programação, que não vão proporcionar nenhum benefício para a sociedade, somente causando a banalização do lazer, onde os servidores executam o que é decidido dentro de um gabinete, os promotores de eventos não estão inseridos na comunidade que vai ser realizado o evento e sem se preocupar com a continuidade do mesmo e com a comunidade.

Tubino (2010, p 31) relata algumas dificuldades do Estado com relação a sua posição no desenvolvimento das políticas:

No papel do Estado, sempre fica a dúvida sobre a responsabilidade estatal diante do Esporte de desempenho (rendimento), que fundamentalmente é privado. O papel do Estado incide sobre a "proteção" ao esporte de desempenho, o que significa assumir como protagonista de algumas responsabilidades de natureza pública, como: legislação adequada, segurança nos locais de competições, contribuição efetiva nas representações esportivas nacionais, controle e estimulação antidoping. (através de normas próprias).

Ainda Zingone (1998, p. 04) aponta a falta de organização com relação às políticas públicas de esporte e lazer:

No que se refere às políticas de esporte e lazer, muito pouco se faz no sentido de buscar essa interação entre parceiros diversos, mesmo porque, só nas últimas décadas, o esporte e lazer ganham maior importância como objetos de reivindicações populares, como questão de cidadania, de participação democrática e um dos meios de superação dos problemas sociais.

Para Alves e Pieranti (2007, p.07) a consolidação de um novo entendimento relacionado ao esporte, passa a ser um alvo para políticas públicas, podendo ser redutor de índices negativos da sociedade, fomentador de ações sociais, sendo reconhecida como essencial para o desenvolvimento humano, a pratica esportiva está cada vez mais próxima dos campos da saúde e da educação.

O esporte pode auxilia na educação na saúde, incentivando as crianças a não ficar nas ruas.

Com esses papéis fica a importância das políticas públicas com ações múltiplas auxiliando em várias frentes de trabalho e voltadas para todas as esferas do esporte além do rendimento, para isso é necessário que os envolvidos nas formulações dessas políticas e seus gestores estejam empenhados nisso, auxiliando primeiramente na educação, inclusão e posteriormente no rendimento.

2.3 GESTÃO ESPORTIVA CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Segundo Rocha e Basto (2011) a gestão do esporte pode ser entendida como a aplicação de princípios de gestão à organização esportiva. No mesmo sentido, Bateman e Snell (1996 *apud* ROCHA; BASTO, 2011) definem gestão de esporte como um processo de trabalhar com pessoas e recursos materiais para realizar uma determinada organização da gestão esportiva de maneira eficaz. Entende-se por organização esportiva uma entidade social com objetivos claros e limites definidos que trata da indústria do esporte. Sendo a indústria do esporte referente não só ao esporte, mas também ao fitness, a recreação e ao lazer, ou seja, uma visão ampla do esporte que oferece as pessoas produtos, bens e serviços, as organizações esportivas podem ser: clubes, academias, ou escolas de esporte até empresas que fabricam material esportivo, transmitem jogos ou assessoram atletas, e os seus gestores devem saber atuar em todos esses lugares.

Os estudos sobre a gestão do esporte ainda podem ser considerados uma área de investigação nova e recente e tem se expandido devido ao crescimento do esporte de rendimento, isso porque surge a necessidade de se administrar um fenômeno que se torna tão lucrativo. Assim com o passar dos tempos a partir da década de 80 os trabalhos publicados cientificamente passaram ser mais específicos na área com uma maior consideração sobre o assunto, além de serem incluídos cursos de formação na área de administração e gestão esportiva (ROCHA; BASTO, 2011, p.91).

Mesmo com o crescimento na área em termos de cursos de formação e publicações de trabalhos científicos, ainda ficam restritos alguns temas não sendo compatíveis, quantitativa e qualitativamente com as necessidades de desenvolver a administração esportiva em nosso país (BASTOS, 2004, p. 04).

Mocsányi e Bastos (2005) apontam como problema na área da gestão esportiva a falta de preparo dos dirigentes que assumem essas funções, que muitas vezes são ex-técnicos ou professores sem qualificação para a área administrativa. Os autores colocam que dessa forma o Brasil deixa de acompanhar tendências que já deixaram de serem novas em outros países, e que o dirigente com formação específica vai ser encontrado apenas nos grandes clubes esportivos, como em São Paulo.

É esperado que um gestor esportivo seja capaz de unir políticas, definir a missão do serviço que se está prestando ou da empresa a que se está dirigindo, possuir conhecimentos de gestão e técnicas de marketing, imagem e comunicação, dentre muitos outros, dada a interdisciplinaridade do cargo (CELMA, 2000; GASCA, 2000, apud JUNIOR *et al.*, 2015, p. 20).

Segundo Amaral (2015), nos estudos abordados em sua pesquisa, verifica-se que grande parte dos gestores possuem formação em educação física, entretanto, observa-se que poucos possuem pós-graduação específica na área de gestão, e esta é uma questão importante visto os novos desafios encontrados na carreira administrativa.

Morin (2003, apud TAVARES; CUNHA; JUNIOR, 2012, p.12) contribui e orienta para uma formação atualizada dos profissionais ao afirmar que:

O novo gestor é desafiado a assumir uma nova visão planetária centrado na “condição humana”. Sua principal habilidade deve ser perceber as transformações do lugar em que se encontra e, considerando o bem comum, propor ações capazes de conciliar a diversidade cultural com os valores comuns que devem ser preservados para que se garanta a eficácia das ações do gestor articulado com o contexto local.

Embora alguns autores apresentem a importância da capacitação específica e constante para os profissionais na área de gestão de esporte e lazer esta prática ainda não parece ser uma constante na vida profissional de muitos gestores (AMARAL, 2015).

Dentro da gestão esportiva pode-se incluir uma forma de inclusão social assim todos têm direitos da prática esportiva levando em consideração as potencialidades e limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos indivíduos praticantes (AZEVEDO; BARROS 2004, p.79-80). Segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo.

Ainda Azevedo e Barros (2004, p.79) ressaltam que em uma perspectiva de inclusão para desenvolver trabalhos (atividades físicas) tanto com pessoas ditas normais e com pessoas com deficiências físicas não é necessário conhecer somente os aspectos físicos, mas sim o entendimento das relações porque das atividades e como os praticantes estão entendendo as atividades.

Em uma organização que vai trabalhar com esportes sendo com fins lucrativos ou não, vai gerar um quadro de gestores sendo por meio de eleições, indicações de pessoas que são de confiança ou algum outro critério que vai levar em consideração o conhecimento e a capacidade da pessoa, na organização e planejamento do mesmo, isso em maioria dos casos termina em fracasso da instituição (AZEVEDO, 2009, p.933-934).

A falta de experiência e a falta de capacitação e formação pode criar uma lacuna dentro da gestão deixando o gestor de mãos atadas, não conseguindo desenvolver Políticas Públicas nas referentes cidades.

Em pesquisa desenvolvida por Mezzadri et al (2006) onde o objetivo era diagnosticar as Políticas Públicas de esporte e lazer nos municípios do Paraná constatou-se que as organizações esportivas se organizam em três dimensões básicas: a primeira está organizada em Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, com níveis burocráticos bastantes consolidados em Departamentos, Divisões e Coordenações de Esporte e Lazer. A segunda dimensão compartilha a estrutura de Esporte e Lazer com outras áreas de intervenção social, estando o esporte inserido em outras secretarias, como da educação e indústria e comércio. E a terceira dimensão onde o esporte e lazer se organizam como uma fundação dentro do município, sendo uma autarquia (MEZZADRI *et al*, 2006).

Outro dado referente à gestão é que apenas um município pesquisado possuiu um conselho municipal de esporte, porém é apenas administrativo, através desse dado os autores constatam a falta de democratização na tomada de decisões referente às Políticas Públicas de esporte e lazer, o que não garante o acesso a essas práticas a todos e nem corresponde às necessidades da população. Segundo os autores a gestão pública para o esporte e lazer nestes municípios corresponde às gestões tradicionais:

Trata-se de uma gestão constituída de forma autoritária, ou seja, a gestão aconteceu a partir da centralização do poder governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisões do

governo não ocorre diretamente, pois há que se considerar que a sociedade nem sempre tem condições ou acesso ao confronto político de forma democrática com oportunidades iguais (SPINK, 1993, MEZZADRI et al, 2006, p. 13).

Segundo Melo e Hungaro (2012) a gestão pública de esporte e lazer deve fazer acontecer à transformação social, a sociedade deve estar envolvida nas tomadas de decisões e ser atendidas nas suas necessidades, para que o desenvolvimento de um indivíduo não prejudique o desenvolvimento de outros indivíduos, um modelo de gestão deve ser: um compromisso político aliado a uma competência técnica

A administração pode assumir funções distintas de acordo com os objetivos almejados – de conservação ou transformação, da ordem social, por exemplo – e estes, dependem do compromisso político e da competência técnica dos envolvidos no processo. Entendo que é justamente a falta ou a desconsideração destes que fazem com que a Gestão Pública de Esporte e Lazer, hoje, apresente características semelhantes às existentes nas instituições privadas, ou seja, perfazer lucro. Talvez por uma ausência de competência técnica e/ou compromisso político associada com a dificuldade em perceber as relações que compõem a estrutura da sociedade, sejam os motivos que levam os atuais gestores públicos de Esporte e Lazer a encarar o Esporte e o Lazer como mercadorias e não como conteúdos emancipatórios (MELO; HUNGARO, 2012, p. 4).

Assim sendo é importante ampliar os estudos científicos nessa área na busca de esclarecer melhor os objetivos da gestão esportiva de esporte e lazer, rompendo com o modelo atual de gestão centralizada desconsiderando as necessidades da sociedade e sem ter ela como participante ativa nas decisões.

3. METODOLOGIA

A proposta do estudo enquadra-se como uma pesquisa quali-quantitativa, descritiva de campo. A pesquisa qualitativa que tem diferença de outras abordagens é considerada um método sistemático de investigação com medida considerável, juntamente com um método científico de soluções de problemas, sendo o pesquisador o instrumento primário na coleta e na análise de dados, esse tipo de pesquisa caracteriza pela presença intensiva do pesquisador (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012, p. 41).

Com as abordagens, quantitativas ou qualitativas, de esforços ambos para capturar dados. Uma abordagem, geralmente vista como pragmática, são sugeridas quando ambas as técnicas estudam fenômenos. Tendo a noção que a abordagem que melhor funciona para capturar os dados comportamentais, é a que deveria ser usada para poder resultar em uma pesquisa efetiva. Para os modelos mistos as técnicas qualitativas e quantitativas são integradas, ou misturadas, sendo o mesmo estudo, trabalhando com as duas técnicas. Para modelos mistos, é como pequenos estudos, um quantitativo e um qualitativo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012, p. 41).

Na pesquisa quantitativa Fonseca (2002, p. 20) esclarece que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

A partir da abordagem de pesquisa definida, compreendeu-se o caminho para definir a população do estudo. Dessa forma, a população desta pesquisa foi caracterizada pelos gestores de esporte dos 10 municípios localizados na microrregião de Ivaiporã, Paraná, com população igual ou maior que cinco mil (5.000) habitantes. Assim, para a obtenção dos dados foi utilizado o instrumento de

entrevista semiestruturada (Apêndice A). A caracterização dos municípios integrantes no estudo pode ser observada a partir do quadro 1.

Quadro 1- Caracterização dos municípios.

Cidade	População	IDH	PIB Per Capita em R\$
Ivaiporã	31.816	0,730	13.213,45
Rosário do Ivaí	5.588	0,662	10.716,46
São João do Ivaí	11.525	0,693	15.448,87
São Pedro do Ivaí	10.167	0,717	20.411,08
Lunardeli	5.160	0,690	10.966,33
Jardim Alegre	12.324	0,689	11.696,57
Nova Tebas	7.398	0,651	10.806,21
Manoel Ribas	13.169	0,716	14.949,19
Grandes Rios	6.625	0,658	11.042,69
Candido de Abreu	16.655	0,629	11.548,56

Fonte: IBGE, 2014.

As entrevistas foram agendadas com antecedência para que não houvesse desencontro entre ambas as partes.

Cabe aqui esclarecer que o responsável pelo esporte e lazer da cidade de Jardim Alegre não foi encontrado para a realização da entrevista, depois de varias tentativas do agendamento da entrevista por telefone e sempre não disponibilizando um tempo para que houvesse a entrevista não teve outra opção a deixar como desistente na pesquisa.

A partir das informações levantadas, os dados foram quantificados e lançados em uma base de dados do software SPSS versão 20.0 (Statistical Package for Social Science) para análise estatística. Dessa forma, as análises foram concentradas na obtenção dos valores médios e gerais que pudessem traduzir o panorama atual em relação ao perfil profissiográfico dos gestores de esporte da microrregião de Ivaiporã, Paraná.

Optou-se, portanto, pelo uso da estatística descritiva como forma de compreensão desse panorama, adotando os modelos de análise pautados na obtenção de médias, desvio padrão, e cruzamento de informações.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL GERAL

Ao se traçar um perfil geral dos 9 (nove) participantes desta pesquisa sendo um ausente é necessário levar em consideração alguns pontos presentes constantemente em diversos estudos como o sexo, a idade bem como a etnia, entretanto no caso desta pesquisa particularmente é necessário ainda obter um dado relativamente importante para a sequência deste estudo que é a filiação partidária do entrevistado.

Amaral (2015) diz que o conhecimento acerca do profissional de gestão do esporte no Brasil, de uma maneira geral é imprescindível para se avaliar este perfil geral e acompanhar a evolução desses profissionais ao longo dos anos.

Segundo os dados coletados nas entrevistas foi possível traçar um perfil, quando se observa que a maioria dos entrevistados é do sexo masculino (8 em 9). Este resultado aponta uma presença quase exclusiva do sexo masculino atuando na área de gestão de esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã.

Apesar dos dados demonstrarem predomínio do sexo masculino em relação ao feminino não é possível afirmar que esse seja um padrão tanto em nível estadual quanto regional, tendo em vista a escassez de estudos sobre a temática. Entretanto Amaral (2015) ressalta que é possível ver o esforço de pesquisadores em se estabelecer um perfil geral deste tipo de profissional, inclusive em revisões de literatura, mas não é possível apresentar em sua totalidade o perfil dos gestores esportivos atuantes no Brasil.

A etnia dos participantes da pesquisa é definida como em sua maioria branca, (7 entre 9), entretanto existe também a presença da etnia pardo (1) e negro (1). Levando em consideração a miscigenação nacional compreende-se que não existe um padrão equitativo em relação a ocupação do referido cargo e a etnia do indivíduo.

Observa-se com relação à idade dos entrevistados uma média de 41 anos $\pm 12,8$. Gestores com uma idade média não podendo ser considerada baixa e também alta.

Talvez o tamanho da amostra possa interferir nos resultados encontrados, uma vez o quantitativo observado é pequeno em relação ao possível número de cargos de gestão municipal de esportes no país ou até mesmo no Estado. Levando em consideração estudos realizados anteriormente por diversos pesquisadores e citado por Amaral (2015) a amostra para este tipo de pesquisa apresenta-se geralmente bem diversificada no quesito número de participantes. Aponta-se que existem pesquisas com desde 6 participantes até estudos que contam com 263 participantes, o que possibilita compreensão diversificada sobre os fenômenos em questão.

Entretanto mesmo em pesquisas recentes existem estudos que contam com menos de 10 participantes, há autores que inclusive revelam a dificuldade encontrada para se obter a participação de sujeitos em grande número, mas observa-se que geralmente nas pesquisas realizadas no Brasil torna-se difícil pesquisar dentro da própria realidade, porém tem que se levar em conta se o caso do estudo é delinear ou descrever um grupo específico, nestes casos limita-se muito a amostragem (AMARAL, 2015)

Por fim e de critério muito importante para o perfil geral dos participantes desta pesquisa, observou-se a filiação partidária. Os dados revelaram que a grande maioria dos participantes tem uma filiação partidária, isto aponta que 55% dos participantes da pesquisa apresentam algum tipo de ligação a um determinado partido político. Isso pode influenciar tomadas de decisões em níveis de políticas públicas, uma vez que o processo de obtenção e disputa de recursos para as pastas de cada município muitas vezes estão atreladas a interesses partidários.

Outro ponto importante a ser destacado junto aos dados obtidos faz menção ao processo de formação desse profissional. Segundo Amaral (2015), no que diz respeito as características do perfil do gestor, há diferentes abordagens mais em sua maioria a questão que mais interessa aos pesquisadores é a formação deste profissional. Os dados revelaram que em relação a formação superior, 5 (cinco) gestores possuem graduação em nível superior em educação física, o que reforça a tese de que o curso superior na área ainda é o mais procurado quando se pensa em gestão esportiva enquanto cargo profissional. A tabela 1 apresenta o panorama, indicando também que 3 (três) gestores não possuem formação em nível superior, o que hipoteticamente pode impactar diretamente no conhecimento acerca do papel do esporte e lazer a partir de uma visão aprofundada sobre o tema.

Tabela 1 – Formação dos Gestores

	Frequência	Percentual Válido
Educação Física	5	55,6
Outros	1	11,1
Sem Curso Superior	3	33,3
Total	9	100,0
Ausentes	1	
Total	10	

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à formação dos gestores ilustrada acima por meio da Tabela 1 observa-se que 5 profissionais são formados na área de Educação Física e sabe-se que todos estes são formados por instituições privadas de ensino superior.

Observou-se também o tempo de formação de cada um desses profissionais já que todos se formaram em anos distintos, 1 (um) concluiu sua graduação no ano de 1972 mostrando que tem 44 anos de formação, 1 (um) outro concluiu sua graduação em 2003 mostrando que tem 13 anos de formação, 1 (um) outro ainda formou-se em 2007 mostrando que tem 9 anos de formação, 1(um) participante da pesquisa concluiu a graduação em 2008 apontando 8 anos de formação e 1(um) outro ainda terminou sua graduação em 2012 mostrando que tem 4 anos de formação. Isso indica uma grande variabilidade em relação ao tempo de graduação e o ingresso na função, não sendo possível afirmar que existem relações estabelecidas entre tempo de formado e ingresso na função.

Em relação a formação continuada foi identificado o perfil a partir da especialização dos profissionais que atuam na área de gestão. Nota-se que apenas 3 (três) dos 9 (nove) participantes desta pesquisa possuem curso de pós-graduação lato sensu, com anos de conclusão diversos (1986, 2007 e 2009) sendo que estes participantes estudaram em instituições privadas e fizeram cursos distintos e sem relação com o princípio da administração ou gestão.

Levando em consideração o referencial teórico abordado e relacionando aos dados coletados foi possível observar que a busca por uma formação continuada não segue um padrão de aperfeiçoamento voltado para a gestão pública, tampouco para a gestão do esporte e do lazer. Pode-se inferir que a partir dos levantamentos realizados a formação inicial e a formação continuada não estão sendo observadas

como requisito primordial para a ocupação da função de gestor público na área de esporte e lazer nas cidades pesquisadas. Isso significa que ainda há uma carência por parte do poder executivo de compreender o papel do esporte e lazer na sociedade e que o profissional responsável pela formulação de tais políticas e seu respectivo gerenciamento deva ter capacidade técnica (entenda-se como trinômio formação/conhecimento/práxis) para a ocupação da função.

4.2 PERFIL DO CARGO

Para se traçar o perfil do cargo é necessário saber algumas informações importantes sobre os indivíduos pesquisados, dados como o tipo de cargo em que atuam, qual fora sua forma de ingresso em tal cargo, salário e experiência de gestão são dados que auxiliam a traçar o perfil do cargo desta pesquisa.

Segundo Amaral (2015, p.31) os estudos apresentam dados referenciando a escolaridade e a área a que o profissional pertence. [...] que em sua maioria são profissionais advindos da área de Educação Física, no entanto, afirma que infelizmente poucos possuem pós-graduação específica em gestão. A afirmação de Amaral corrobora com os dados apresentados anteriormente em relação à microrregião de Ivaiporã.

Em relação a forma de ocupação da função, os dados nos levam a compreender que existem praticamente três tipos de cargos na microrregião de Ivaiporã que são: Secretário (a) de Esportes, Diretor (a) de Esportes e Chefe de Divisão de Esporte e Lazer. A distribuição das definições segue o parâmetro de 67% nomeados como Diretores de Esportes (6/9), 22% como Secretário de Esportes (2/9) e 11% como Chefe de Divisão de Esporte e Lazer (1/9). Portanto em sua maioria encontram-se nomeados como Diretores de Esporte, o que em si deveria fazer referência a atuação de direcionamento administrativo a partir de uma pasta específica da área.

As três nomenclaturas encontradas fazem menção a cargos e funções da administração pública que envolve processos de gerenciamento. Nessa perspectiva, Rocha e Basto (2011) dizem que a gestão de esporte define-se como um processo

de se trabalhar com pessoas e recursos materiais para realizar uma organização do esporte e lazer de maneira eficaz.

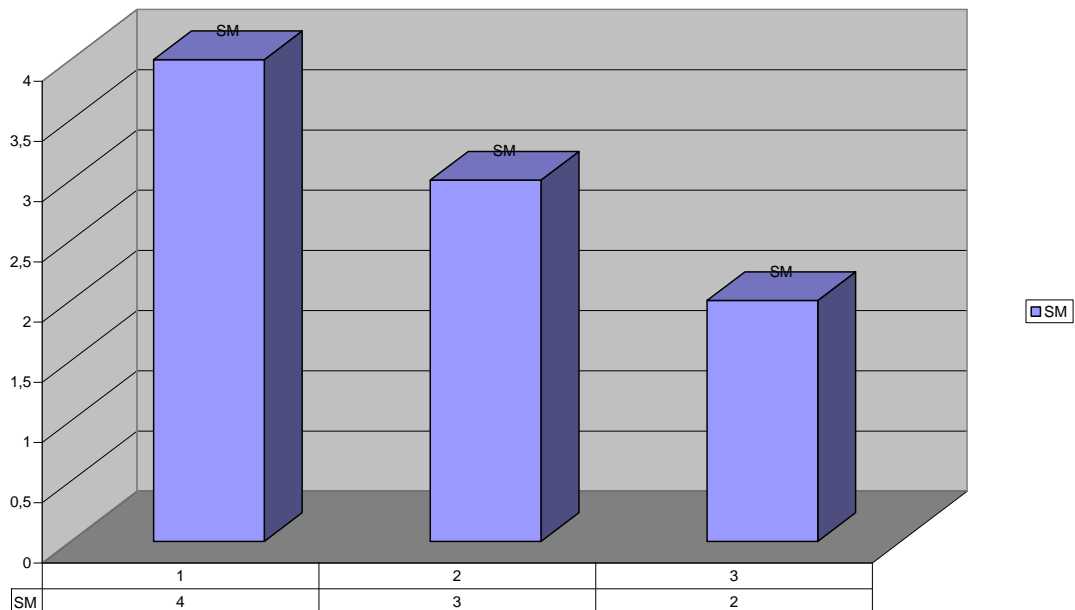
A nomeação dos profissionais mostra as particularidades em cada município quando se trata de esporte e lazer. Um dos indicativos do perfil de cargo que obteve resultado unânime foi a forma de ingresso, em todas as entrevistas realizadas identificou-se que todos os sujeitos ingressaram no cargo através de indicação política, fato esse que corrobora com os dados iniciais apresentados sobre filiação partidária e a possibilidade de tal vínculo possibilitar o processo de ocupação do cargo ao invés de um processo puramente meritocrático como o concurso público.

Sobre esse aspecto Mocsányi e Bastos (2005) apontam que a preocupação maior quando se define o meio de ingresso para este cargo é a falta de preparo dos dirigentes, que muitas vezes são ex-técnicos ou professores, que geralmente não tem uma qualificação para a área administrativa, o que compromete a execução do mesmo. Os autores observam que desta forma o Brasil deixa de acompanhar as tendências de outros países, deixando a população com um serviço público a quem do necessário.

A qualidade dos serviços públicos, por si só, é vinculada a qualidade de seus servidores, nesse caso a forma de contratação para a função não permite analisar, do ponto de vista objetivo e comparativo o quanto o indivíduo é apto para a exercer tal função de gestão. Para Melo e Hungaro (2012) através da gestão pública deve-se haver uma transformação social porque a sociedade deve estar diretamente ligada as decisões tomadas para que assim a gestão possa ser um compromisso político aliado a uma competência técnica.

Outro aspecto pesquisado neste estudo que foi utilizado para traçar o perfil do cargo é o salário obtido referente aos trabalhos com esporte e lazer em cada município. Quatro (4) dos pesquisados, ou seja, 45% recebem de 1 a 3 salários mínimos, 3 ou 33% recebem de 3 a 5 salários mínimos e 22% ou 2 dos pesquisados recebem mais de 5 salários mínimos. Observa-se portanto que a maioria dos pesquisados tem sua renda relativa a trabalhos em esporte e lazer para seus municípios em torno de 1 a 3 salários mínimos. Isso pode ser mais bem observado na distribuição percentual do Gráfico 1.

Gráfico 1 - Salário



Legenda: 1 = 1 a 3 Salários Mínimos (4 sujeitos)

2 = 3 a 5 Salários Mínimos (3 sujeitos)

3 = Mais que 5 Salários Mínimos (2 sujeito)

Fonte: Pesquisa de Campo.

Obteve-se ainda a informação em relação ao tempo de experiência de gestão em esporte e lazer onde 11% dos participantes entrevistados tem de 0 a 1 ano de experiência, 56% tem de 1 a 3 anos de experiência, estes dados mostram gestores nomeados juntamente com a última gestão eleita, 11% dos pesquisados tem de 3 a 5 anos de experiência e 22% tem mais de cinco anos de experiência em gestão de esporte e lazer. Observa-se, portanto que a grande maioria dos entrevistados iniciou seus trabalhos juntamente com a equipe de administração do município eleita no último período eleitoral e tem por volta de 1 a 3 anos de experiência no cargo, fato esse que acentua a relação de confiança como fator decisivo para a indicação do cargo.

Quando se pensa em experiência profissional é necessário se pensar também em capacitação profissional, que segundo Amaral (2015) é um fator importante no processo de gestão das entidades esportivas bem como na atuação dos demais profissionais envolvidos nesta gestão.

Relacionando os dados obtidos de cargo de acordo com a renda observa-se que 1 Secretário de esportes tem renda de 1 a 3 salários mínimos enquanto que o outro tem renda de mais de 5 salários mínimos; verifica-se que 3 diretores de esportes tem renda de 1 a 3 salários mínimos, 2 indivíduos nomeados com diretores tem renda de 3 a 5 salários mínimos e 1 diretor mais de 5 salários mínimos; e 1 chefe de divisão de esporte e lazer tem renda de 1 a 3 salários mínimos.

A partir dos dados coletados nesta pesquisa foi possível observar se os profissionais da microrregião de Ivaiporã buscam realizar cursos de capacitação para atuar nesta área de gestão de esporte e lazer especificamente, fato que pode diagnosticar um princípio de formação técnica específica em exercício. Observou-se que apenas 4 (quatro) dos 9 (nove) participantes da pesquisa participaram de cursos específicos de esporte e lazer nos últimos anos, este dado aponta questões como a preocupação em uma busca pela capacitação por parte do profissional que atua nesta área de gestão, no entanto, aquém do esperado, uma vez que a formação continuada em serviço deveria ser permanente e abranger a totalidade dos gestores.

A partir da tabela 2 disposta a seguir é possível observar a relação entre a escolaridade do profissional em gestão e sua busca pela capacitação na sua área de atuação profissional. Nota-se que nos níveis mais elevados de estudo há uma maior predominância na busca pela capacitação através de cursos na área de esporte e lazer.

Observou-se que 1(um) participante com ensino fundamental completo não tem curso de capacitação, assim como 1(um) participante com ensino médio completo e também 1(um) participante com ensino superior incompleto. Já 1(um) participante com ensino médio incompleto tem curso de capacitação específico na área de esporte e lazer, dos 2 (dois) participantes com ensino superior completo 1(um) tem curso de capacitação na área de esporte e lazer e 1(um) não tem curso de capacitação e dos 3 (três) participantes da pesquisa com curso de especialização lacto senso pós-graduação 2 (dois) tem curso de capacitação na área de esporte e lazer e 1(um) participante não tem curso de capacitação na área de esporte e lazer.

Tabela 2 – Participação em Cursos de acordo com a escolaridade

Participação em Cursos Específicos de Esporte e Lazer	Sim		Não		Total
Fundamental Completo	0	0%	1	20,0%	1
Médio Incompleto	1	25,0%	0	0%	1
Médio Completo	0	0%	1	20,0%	1
Superior Incompleto	0	0%	1	20,0%	1
Superior Completo	1	25,0%	1	20,0%	2
Pós Graduação	2	50,0%	1	20,0%	3
Total	4	100,0%	5	100,0%	9

Fonte: Pesquisa de campo.

As informações contidas na tabela 2 dão margem para compreender que a formação elementar (educação básica ou superior) não é fator decisivo para o entendimento de que a busca constante por capacitação em cursos específicos norteia os profissionais que atuam nos municípios, tendo em vista que gestores sem formação superior buscaram qualificação na área.

4.3 PERFIL DE AÇÃO

Para se traçar o perfil de ação foram cruzadas informações sobre o perfil geral e perfil do cargo com variáveis como escolaridade de acordo com a renda, cargo de acordo com a renda, etnia de acordo com a renda, sexo de acordo com a renda e escolaridade de acordo com o tempo de gestão para verificar a influência de tais variáveis na configuração do perfil.

Levando em consideração a escolaridade dos participantes da pesquisa de acordo com sua renda observou-se que existem gestores de esportes e lazer com os mais variados níveis de escolaridade e renda, 1 dos participantes tem o ensino fundamental completo e renda de 1 a 3 salários mínimos; 1 indivíduo tem ensino médio incompleto e renda de 3 a 5 salários mínimos; 1 participante tem ensino médio completo e renda de 1 a 3 salários mínimos; 1 gestor tem ensino superior incompleto e renda de 3 a 5 salários mínimos; 2 participantes tem ensino superior

completo e renda de 1 a 3 salários mínimos; 1 indivíduo tem pós graduação e renda de 3 a 5 salários mínimos enquanto que 2 entrevistados tem pós graduação e renda de mais de 5 salários mínimos. Como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 2- Escolaridade x Renda

Escolaridade	1 a 3 SM (724,00 a 2.172,00)	3 a 5 SM (2.172,00 a 3.620,00)	Mais de 5 SM (3.620,00)
Fundamental Completo	1	0	0
Médio Incompleto	0	1	0
Médio Completo	1	0	0
Superior Incompleto	0	1	0
Superior Completo	2	0	0
Pós-Graduação	0	1	2
TOTAL	4	3	2

Fonte: Pesquisa de Campo.

Foi possível verificar a partir destes dados que o salário oferecido para o cargo de gestão de esportes e lazer não leva sempre em consideração a escolaridade do indivíduo que exerce determinado cargo, e que varia de município para município. É possível observar na Tabela 3 que o porte da cidade não influencia na remuneração paga ao gestor, o que infere que trata-se mais de um entendimento e valorização do cargo pelo poder público em algumas cidades em relação a outras.

Tabela 3 – Remuneração por cidade

	Renda Mensal na Função					
	1 a 3 SM (724,00 a 2.172,00)		3 a 5 SM (2.172,00 a 3.620,00)		Mais de 5 SM (3.620,00)	
Candido de Abreu	0	0%	0	0%	1	50,0%
Grandes Rios	1	25,0%	0	0%	0	0%
Ivaiporã	0	0%	0	0%	1	50,0%
Lunardelli	0	0%	1	33,3%	0	0%
Manoel Ribas	0	0%	1	33,3%	0	0%
Nova Tebas	1	25,0%	0	0%	0	0%
Rosário do Ivaí	1	25,0%	0	0%	0	0%
São João do Ivaí	0	0%	1	33,3%	0	0%
São Pedro do Ivaí	1	25,0%	0	0%	0	0%
Total	4	100,0%	3	100,0%	2	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo.

Observando o perfil de ação do gestor de esporte e lazer a partir dos dados coletados e levantamentos bibliográficos foi possível verificar a importância deste profissional para a sociedade pois age nos mais variados âmbitos do desenvolvimento humano.

Sendo essencial o esporte para o desenvolvimento humano, observa-se a necessidade de políticas públicas que melhorem as condições da sociedade, auxiliando a educação, diminuindo a evasão escolar, tirando jovens e crianças da rua, das drogas, auxiliando a saúde, melhorando as capacidades físicas e diminuindo a frequência de diversas doenças.

Segundo Alves e Pieranti (2007) a partir do novo entendimento relacionado ao esporte, este passa a ser alvo de novas políticas públicas quer por si só pretendem reduzir os índices negativos da sociedade, assim sendo reconhecido como essencial para o desenvolvimento humano, estando a prática esportiva cada vez mais próxima à saúde bem como à educação.

Prosseguindo a partir dos dados coletados quando se relaciona a etnia de acordo com a renda observa-se que na etnia branca (7/9) tem-se todas as faixas de

renda de 1 a 3, de 3 a 5, e mais de 5 salários mínimos; na etnia parda (1/9) de 1 a 3 salários mínimos e na etnia negra (1/9) de 3 a 5 salários mínimos.

É possível analisar também a relação do sexo de acordo com a renda. Observa-se que homens (8/9) estão enquadrados em todas as faixas de renda apresentadas, sendo 3(três) participantes com renda de 1 a 3 salários mínimos; mais 3(três) com renda de 3 a 5 salários mínimos e mais 2(dois) com renda de mais de 5 salários mínimos enquanto que a única mulher apresenta renda de 1 a 3 salários mínimos. Por haver apenas uma mulher entrevistada não há como dizer que o sexo influencia a renda dos indivíduos.

Outro ponto importante que pode impactar nas ações do gestor faz menção a relação estabelecida entre a escolaridade e o tempo de experiência na função de gestão. A partir dos dados coletados observou-se que 1 entrevistado com ensino fundamental completo tem experiência no cargo de 3 a 5 anos; 1 entrevistado com ensino médio incompleto tem 0 a 1 ano de experiência no cargo; 1 entrevistado com ensino médio completo tem 1 a 3 anos de experiência no cargo; 1 entrevistado com ensino superior incompleto tem 1 a 3 anos de experiência no cargo; 2 entrevistados com ensino superior completo tem de 1 a 3 anos de experiência no cargo; 1 entrevistado com pós-graduação tem 1 a 3 anos de experiência no cargo e 2 entrevistados com pós-graduação tem mais de 5 anos de experiência no cargo. Tais informações podem ser melhor visualizadas no quadro 3 a seguir:

Quadro 3- Escolaridade x Experiência no Cargo

Escolaridade	0 a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fundamental Completo	0	0	1	0
Médio Incompleto	1	0	0	0
Médio Completo	0	1	0	0
Superior Incompleto	0	1	0	0
Superior Completo	0	2	0	0
Pós-Graduação	0	1	0	2
TOTAL	1	5	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo.

Estes dados apontam que a escolaridade tem relevância quando relacionada ao tempo de experiência no cargo possivelmente porque quanto maior o grau de escolaridade, maior o tempo de experiência e possivelmente permanência no cargo.

Segundo Bastos (2003, apud AMARAL, 2015) esta temática de formação dos profissionais ligados a gestão, aparece com frequência nos estudos realizados no Brasil, o autor afirma que “a abordagem dos estudos relacionados à caracterização do gestor se faz necessária, visto a importância que a formação destes profissionais tem na atuação dos mesmos na gestão das diversas entidades esportivas”.

Isso se comprova pelo tempo de experiência dos indivíduos que participaram da pesquisa, aqueles que tem níveis mais específicos de ensino conseguem permanecer por mais tempo em seus cargos, mesmo quando há um período de troca administrativa, porque entendem o trabalho que devem realizar e conseguem desenvolver projetos e políticas públicas mais específicas nas áreas de esporte e lazer.

A partir dos dados coletados na pesquisa foi possível relacionar o tempo de experiência com a busca de qualificação profissional através de cursos de formação específicos na área de esporte e lazer.

Notou-se que 1 (um) participante com 0 a 1 ano de experiência no cargo, 1(um) participante com de 1 a 3 anos de experiência no cargo, e 2(dois) participantes com mais de 5 anos de experiência no cargo buscaram qualificação profissional através de cursos de formação na área de esporte e lazer.

Em contra-partida 4 (quatro) profissionais com 1 a 3 anos de experiência e 1(um) participante com 3 a 5 anos de experiência não fizeram curso de formação na área de esporte e lazer.

Este dado mostra que os profissionais com mais tempo de experiência buscaram cursos de capacitação, e também que quase todos os profissionais que assumiram seus cargos nos mandatos eleitorais vigentes, ou seja, que tem de 1 a 3 anos de experiência no cargo, não procuraram cursos de formação na área de esporte e lazer, para capacitação e melhor atuação no cargo.

Tabela 4 – Experiência e busca por qualificação

		Experiência na gestão de esporte e lazer								Total	
		0 a 1 ano		1 a 3 anos		3 a 5 anos		Mais de 5 anos			
Participação em Cursos Específicos de Esporte e Lazer	Sim	1	100,0%	1	20,0%	0	0%	2	100,0%	4	44,4%
	Não	0	0%	4	80,0%	1	100,0%	0	0%	5	55,6%
Total		1	100,0%	5	100,0%	1	100,0%	2	100,0%	9	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O conhecimento a respeito de leis em geral é direito e dever de todos, pois é a partir deste tipo de conhecimento que se torna possível fazer valer os direitos e os deveres de qualquer cidadão.

Em se tratando de um profissional responsável pela gestão de determinada área em um município torna-se necessário o conhecimento de leis em geral, bem como o conhecimento de leis específicas para seu cargo de gestão.

No entanto observa-se por meio dos dados coletados na pesquisa que grande parte dos responsáveis pela gestão do setor de esportes e lazer da microrregião do município de Ivaiporã-PR não conhece ou conhece parcialmente a legislação pertinente sobre a atuação na área de gestão do esporte e lazer. Como é possível observar a partir da tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Conhecimento sobre legislação da área

	Frequência	Percentual Válido
Conhece	1	11,1
Conhece Parcialmente	3	33,3
Não Conhece	5	55,6
Total	9	100,0
Ausente	1	
Total	10	

Fonte: Pesquisa de campo.

Dos 9 (nove) participantes desta pesquisa apenas 1(um) participante, ou seja, 11% dos entrevistados, alega ter conhecimento sobre as leis específicas da área de gestão de esporte e lazer.

Enquanto 3 (três) dos 9 (nove) participantes, ou 33,3% alega conhecer parcialmente a respeito de leis específicas da área de gestão de esporte e lazer, enquanto 5 (cinco) ou 55,6% dos participantes reconhece não ter conhecimento sobre as leis específicas que regem sua área de atuação profissional.

Este é um dado preocupante, pois quando não se tem o conhecimento específico sobre as leis que regem sua área de atuação o profissional não consegue ou sente dificuldade em aplicar os projetos que se propõe, por inúmeros agravantes, como falta de verba ou de estrutura. Com conhecimento específico a respeito das leis que regem sua área de atuação, o profissional de gestão torna-se capacitado para exigir que as leis sejam cumpridas.

Foi pesquisado também se os profissionais participantes da pesquisa tinham o conhecimento fundamentado sobre o conceito de esporte, os resultados desta pesquisa seguem na tabela 6, para serem mais bem discutidos.

Tabela 6 – Conhecimento fundamentado sobre o conceito de esporte

		Frequência	Percentual Válido
	Sim	4	40,0
	Não	5	50,0
	Total	9	90,0
	Ausente	1	10,0
Total		10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

O conhecimento fundamentado não é um conhecimento adquirido pelo senso comum, mas sim um conhecimento que analisa não somente partes do contexto e sim o contexto integral, após estudos e reflexões acerca do tema.

Em se tratando do conceito de esporte é necessário buscar fundamentos na literatura, segundo Tubino (2010, p.32):

O esporte, aceito atualmente como um dos fenômenos sócio-culturais e políticos mais importantes nesta transição de séculos, não pode ser explicado por percepções de seus momentos históricos. Ele só pode ser compreendido se o situarmos num processo com interatuações culturais e contextuais, variando a cada novo momento histórico.

E segue conceituando o esporte “O Esporte é uma das maiores manifestações culturais desde a Antiguidade. A história cultural do mundo passa pela história do esporte.” (TUBINO, 2010, p.32)

Assim conceituando o esporte como uma das maiores manifestações culturais este não pode estar separado da sociedade. Ainda segundo Barbanti (2016, p.11) “O esporte é um fenômeno cultural e social que influencia e sofre influência da sociedade e muitas vezes seus problemas são os mesmos da própria sociedade. Cada vez mais o esporte se torna parte do nosso mundo social.”

Entretanto como observado na tabela 6, cinco participantes da pesquisa demonstraram não possuir conhecimento fundamentado sobre o conceito de esporte. Isto mostra um déficit na área de gestão de esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã, pois a função requer a compreensão das várias dimensões do esporte e lazer enquanto mecanismo polissêmico na sociedade.

Tabela 7 – Conhecimento fundamentado sobre o conceito de lazer

		Frequência	Percentual Válido
	Sim	2	22,2
	Não	7	77,8
	Total	9	90,0
	Ausente	1	1
Total		10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Da mesma forma que se questionou o conhecimento a respeito do conceito de esporte, também verificou-se o conhecimento fundamentado a respeito do conceito de lazer que teriam os profissionais da área de gestão em esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã.

O resultado da pesquisa foi ainda mais negativo a respeito do lazer, onde 7 (sete) dos 9 (nove) participantes da pesquisa não conseguiram demonstrar conhecimento aprofundado sobre o tema, isto significa 77,8% da amostra pesquisada.

Para entender o conceito parto das leituras do lazer a partir do entendimento de Dumazedier (1976, p.94) onde se configura como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Somando-se com o entendimento de Marcellino (1996) que classifica o lazer em seis partes fundamentais: os interesses artísticos, os interesses intelectuais, os interesses físicos, os interesses manuais, os interesses turísticos e os interesses sociais, ou seja, o sujeito poderá realizar atividades de lazer em diversas áreas de sua preferência.

Observa-se então que grande parte dos profissionais pesquisados desconheciam o conceito de lazer, o que pode ser prejudicial na aplicação e estruturação do seu planejamento de trabalho, bem como dos projetos que podem ser aplicados.

Na tabela 8 observa-se a frequência do planejamento das ações realizadas nos municípios pesquisados.

Tabela 8 – Planejamento das ações

		Frequência	Percentual Válido
	Sim	7	70,0
	Não	2	20,0
	Total	9	90,0
	Ausente	1	10,0
Total		10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Dessa forma, cabe analisar a forma de planejamento das ações de gestão desempenhadas nos municípios da pesquisa. Tal compreensão pode apontar um panorama real sobre os princípios elementares da administração clássica empregada (planejamento, organização, direção e controle).

Ao questionar a forma de planejamento direto das ações dos gestores no campo das Políticas Públicas de esporte e lazer nos municípios, observou-se a partir dos dados coletados que 7(sete) dos 9(nove) participantes da pesquisa realizam planejamento das ações em seu cargo e que apenas 2 (dois) participantes não realizam este tipo de planejamento. Para Chiavenato (2004, p. 152) “O planejamento é a primeira das funções administrativas e é a que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como alcançá-los”. A partir dessa perspectiva, estabelecer uma comparação entre a existência de planejamento e o tempo de experiência no cargo nos pareceu um importante indicativo do perfil dos gestores.

Com a tabela 9 é possível fazer uma relação entre o tempo experiência no cargo e o planejamento das ações de gestão.

Tabela 9 - Experiência de acordo com a existência de planejamento

		Secretaria/Departamento possui Planejamento das ações				Total	
		Sim		Não			
Experiência na gestão de esporte e lazer	0 a 1 ano	0	0%	1	50,0%	1	11,1%
	1 a 3 anos	4	57,1%	1	50,0%	5	55,6%
	3 a 5 anos	1	14,3%	0	0%	1	11,1%
	Mais de 5 anos	2	28,6%	0	0%	2	22,2%
Total		7	100,0%	2	100,0%	9	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A partir dos dados coletados com a pesquisa e que foi elucidado na tabela acima observou-se que 1(um) participante que tem 0 a 1 ano de experiência no cargo e 1(um) participante que tem 1 a 3 anos de experiência no cargo não realizam planejamento de suas ações. Em contra partida observa-se que 4 (quatro) participantes da pesquisa com 1 a 3 anos de experiência, 1(um) participante com 3 a 5 anos de experiência no cargo e 2 (dois) participantes da pesquisa com mais que 5 anos de experiência no cargo realizam o planejamento sistemático das ações realizadas em seus municípios relacionadas ao esporte e lazer.

Nota-se que quanto maior o tempo de experiência no cargo, maior a frequência no planejamento das ações, pode se inferir que com o decorrer do tempo e das ações o próprio sujeito percebe a necessidade e a importância da realização de planejamentos para melhor atender às necessidades da sociedade. No entanto, o aprofundamento em relação a como esse planejamento ocorre não foi alvo desse trabalho, instigando novas pesquisas na área.

Porém, muitas vezes o planejamento das ações esbarram nas duras realidades das secretarias de esporte Brasil afora, que dentre as dificuldades estruturais carecem de legitimação da importância de suas ações para a

manutenção de recursos financeiros em termos compatíveis com suas necessidades. Na tabela 10 observa-se as dificuldades encontradas nas secretarias, departamentos ou diretorias. Como estes termos podem variar de cidade para cidade foi utilizado o termo “pasta” para especificar cada secretaria, departamento ou diretoria.

Tabela 10 - Principais dificuldades das pastas

	Frequência	Percentual Válido
Ausência de estrutura	1	10,0
Ausência de profissionais da área	3	30,0
Permanência de Atletas	1	10,0
Ausência de recursos financeiros	1	10,0
Ausência de estrutura e de profissionais da área	2	20,0
Permanência de atletas, ausência de profissionais e recursos financeiros	1	10,0
Prévia Total	9	90,0
Ausente	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota-se através dos dados levantados que as principais dificuldades encontradas são, 1 (um) caso de ausência de estrutura, 3 (três) casos de ausência de profissionais da área, 1(um) caso de permanência dos atletas nas atividades, 1(um) caso de ausência de recursos financeiros, 2(dois) casos de ausência de estrutura e de profissionais da área e 1(um) caso de permanência de atletas nas atividades, ausência de profissionais e de recursos financeiros. Estes dados apontam que as maiores dificuldades citadas são a ausência de profissionais na área.

Contudo é necessário relacionar dados de dificuldades citadas pelos profissionais com a ausência de planejamento das ações da gestão. Nestes casos observamos que quando se aponta como dificuldade a permanência dos atletas nas atividades realizadas pela equipe gestora nota-se um apelo pelo rendimento em detrimento a educação, porém observa-se que esse único caso também está associado a falta de planejamento por parte do gestor, o que pode caracterizar que a dificuldade de permanência dos atletas nas ações está atrelado a ausência de planejamento das ações desenvolvidas na gestão de esporte e lazer.

Verifica-se também que existem dificuldades apontadas como ausência de estrutura e de profissionais da área e que também podem estar atrelado à falta de planejamento específico para as ações da gestão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar com o presente estudo na microrregião de Ivaiporã, localizada no Vale do Ivaí o perfil geral dos responsáveis pelo desenvolvimento e ampliação do esporte e do lazer na região.

Compreende-se, dessa forma, que o objetivo geral deste presente estudo foi alcançado, uma vez que foi possível realizar uma primeira observação a respeito dos profissionais da área de esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã, e que a partir desta observação torna-se possível o desenvolvimento de novas pesquisas e estudos mais aprofundados a respeito deste tema, nesta região especificamente.

Um dado importante para esta pesquisa é o nível de estudo dos participantes, notou-se que o nível de escolaridade não interfere diretamente na indicação para o cargo, entretanto influencia diretamente no tempo de experiência no cargo, bem como em seu tempo de permanência no mesmo.

Nota-se que a maioria dos gestores de esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã tem formação na área de educação física sendo que 5 (cinco) participantes de 9 (nove) entrevistados alegaram serem formados na área. Este dado é relevante, pois indicativos da base teórica adotada mostram que, em diversas pesquisas na mesma natureza, o perfil nesse quesito se manteve semelhante.

Ainda observando os níveis de estudo dos entrevistados foi pesquisado também a busca dos mesmos por cursos que os capacitassem a realizar da melhor maneira possível sua atividade administrativa, e observou-se que os entrevistados com maior tempo de experiência no cargo buscam com mais frequência cursos de capacitação, no entanto, o fator de formação básica não interfere nessa perspectiva.

Importante destacar também que os dados apontam que quanto maior o nível de ensino do gestor, maior tempo de experiência ele tem, ou seja, consegue permanecer no cargo por um maior período, mesmo sendo um cargo de indicação política. Então vale salientar, a partir do que foi discutido que uma pessoa com nível educacional condizente com o cargo, ou seja, mais específico, em tese, poderia realizar trabalhos e implantar políticas públicas mais bem estruturadas e com grande chance de melhorar o ambiente municipal.

A questão sobre legislação e atuação também trouxe indicativos importantes. Observou-se que a maioria dos participantes da pesquisa não tem

conhecimento sobre as leis que regulamentam o esporte e lazer, e observou-se que apenas um entrevistado alegou ter conhecimento sobre as leis que regulamentam o esporte e lazer. Este dado é preocupante, pois, para se administrar algo é preciso ter conhecimento aprofundado a seu respeito, bem como das leis que os organizam, se grande parte dos administradores não tem conhecimento sobre leis ou conhece parcialmente essas leis, isso pode prejudicar sua administração, ou seja, sua atividade profissional.

Do ponto de vista teórico, foi instigado aos sujeitos da pesquisa para definirem seus conceitos acerca dos temas esporte e lazer, apresentando fortes indicativos de ausência de fundamentação para a definição dos conceitos sociais que norteiam suas atividades profissionais. Entende-se que este conhecimento influencia diretamente na realização de sua atividade profissional, já que o conhecimento a respeito dos conceitos de esporte e lazer estão atrelados ao seu cargo de administrador. Dessa forma, observou-se que grande parte dos entrevistados não tem conhecimento fundamentado a respeito do conceito de esporte (4 em 9), enquanto a maioria (7 em 9) não o tem quando o foco é o lazer.

Este dado mostra que mesmo grande parte dos entrevistados informarem ser formados em Educação Física, a grande maioria não tem conhecimento teórico a respeito de esporte e lazer e suas influências na sociedade. Assim nota-se as dificuldades em administrar algo que não se tem o conhecimento a respeito do seu conceito, as dificuldades ampliam-se.

Ainda foi observado que a grande maioria dos entrevistados realiza planejamento periódico de suas atividades administrativas, e que quanto menos tempo de experiência se tem no cargo, ou seja, quanto menos tempo de permanência se tem no cargo menos se planeja, e quanto mais tempo se tem no cargo mais usual se torna o planejamento das atividades. Portanto, sugere-se ao poder executivo observar o grau de instrução dos profissionais que indicam para tais cargos, afim de potencializar da melhor maneira possível o desenvolvimento do esporte e lazer de acordo com as realidades e necessidades de cada município tomando como base conceitos sólidos e objetivos diretivos da gestão pública com fins de desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**. Fundação Getúlio Vargas, v. 6 n. 1 Art. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/estado-formulacao-politica-nacional-esporte-no-brasil>>. Acesso em: 22 jun. 2015.
- AREIAS, K. T.; V BORGES, C. N. F. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira Ciências Esporte**. Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573-588, jul./set. 2011. Disponível em :< TTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000300004& TTP= T>. Acesso: 21 out. 2014.
- AMARAL, C.M.S. O Gestor do Esporte no Brasil. in: ROCCO JÚNIOR, A.J.; AMARAL, C.M.S.; BASTOS, F.C.; MAZZEI, L.C. (orgs.). **Ensaio sobre Gestão do Esporte: reflexões e contribuições do GEPAE/EEFE-USP**. Sarapuí, SP: OJM – Casa Editorial. 2015.
- AZEVEDO, P. H.; BARROS, F. O nível de participação do Estado na gestão do Esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência **Revista Brasileira Ciências e Movimento**. Brasília v. 12 n. 1 p. 77-84 jan./mar. 2004. Disponível em:< <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/participacao-do-estado-na-gestao-do-esporte.pdf>. Acesso: 03 nov. 2014.
- AZEVEDO, P. H. O esporte como negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais. **Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 9/10, p. 929-939, set./out. 2009.
- BARBANTI, V. **O que é Esporte?** Escola de Educação Física e Esporte da USP. Disponível em: <http://www.usp.br/eferp/paginas/docentes/Valdir/O%20que%20e%20esporte.pdf> Acesso em: 22 jan. 2015.
- BASTOS, F. C. Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. **Motrivivência: Revista de educação física esporte e lazer**. Ano XV, Nº 20-21 Mar. Dez./2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/930>>. Acesso em: 03 nov. 2014.
- BENEDITO, A; MENEZES, D. F. N. Políticas Públicas de Inclusão Social: O Papel das Empresas. **Revista Ética e Filosofia Política**, nº 16, v 1, p. 57-76, jun. de 2013. Disponível em: < http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: na administração das organizações. Edição Compacta. 3º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**- Debates, São Paulo: Perspectiva. 1976

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Ceará, 2002.

HOFLING, E. de M. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, p. 30-41, nov./2001. Disponível em: < <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 03 out. de 2015.

IBGE. 2014. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=paraná>>. Acesso 22 set 2014.

JUNIOR, A. J. R. et al. Ensaio sobre Gestão do Esporte: reflexões e contribuições do GEPAE/EEFE-USP. OJM - Casa Editorial, Sarapuí – SP, 2015.

JUNQUEIRA, L. A. P. A Gestão Intersectorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.1, p.25-36, jan-abr, 2004. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7105>>. Acesso em: 03 out. 2015.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do Lazer**. Autores Associados, 1996.

MELO, L. L. de.; HÚNGARO, V. Gestão pública de esporte e lazer: uma análise crítica. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007, Recife. **Anais...** Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte-CBCE, 2007.

MEZZADRI, F. M et al. Políticas Públicas para o Esporte e Lazer nas Cidades do Estado do Paraná, 2006. In: **Esporte e Lazer: Subsídios para o Desenvolvimento e a Gestão de Políticas Públicas**. Cidade Editora, 2006. Disponível em: < <http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/subsidiosGestaoPoliticPublicas.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

MOCSANYI, V., BASTOS, F. da C. Gestão de Pessoas na Administração Esportiva: Considerações Sobre os Principais Processos. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, ano 4, n 4, p. 55-69, 2005. Disponível em:<<http://www.mackenzie>

em:<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-4-4-2005/art4_edfis4n4.pdf>. Acesso em: 03 out. de 2015.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná de 1989**. Disponível em: <Http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70436/CE_Parana.pdf?sequence=11>. Acesso em: 23 fev. 2015.

PARANÁ. **Secretaria do Estado de Esporte e Turismo**. 2010.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C. A contribuição da Pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 4, dez. 2005. Disponível em:< <TTP://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1005/785#page=6&zoom=auto,-13,96>>. Acesso:16 out. 2014.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do Esporte: definindo a área. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**. São Paulo, v.25, p.91-103, dez. 2011 N. esp. Disponível em:< <TTP://www.revistas.usp.br/rbefe/article/viewFile/16846/18559>>. Acesso: 19 set. 2014.

TAVARES, G. O.; CUNHA, E. V.; JÚNIOR, J. T. S. Os limites e desafios da formação em gestão pública e gestão social no curso de administração pública da UFC Campus Cariri. **Revista Temas de Administração Pública – UNESP**, vol. 3, n. 6, 2012.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade Física**. 6.ed.Porto – Alegre. Artmed, 2012.p. 41.

TOLEDO, R. M.; BEGA, M. T. S. Políticas de Esporte e Lazer no Paraná: Um Estudo Comparado. In: I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR, I, Curitiba, PR, 2009. **Sociedade e Políticas em Tempos de Incerteza**. Universidade Federal do Paraná, 2009.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

STAREPRAVO; F. A. MEZZADRI, F. M. **Gestão Pública de Esportes no Municípios do Estado do Paraná (Brasil)**. IN: AGUADO, D. M. La gestión deportiva municipal en Iberoamérica: Historia, teoría y práctica. Madrid, Spain: Librerías Deportivas Esteban Sanz, S. L., 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:< [TTP://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16](http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16)>. Acesso: 08 out. 2014.

ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Motrivivência: Revista de educação física esporte e lazer**, Ano X, n.11, Julho/1998. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4985>>. Acesso em: 08 out. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Autorização para Pesquisa



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências da Saúde
Departamento de Educação Física

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Prezado Senhor

Secretaria/Departamento de Esportes e Lazer

Prefeitura Municipal de _____ - PR

Vimos por meio desta, solicitar a V.S.^a Autorização para a realização da pesquisa intitulada: **ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE**, desenvolvida pelo GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER (GEPPOL), junto ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), orientada pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo.

O objetivo da pesquisa é diagnosticar e analisar as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõe o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Os procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados serão: questionários a todos os agentes públicos municipais (técnicos) que trabalham em sua Secretaria/Departamento e, entrevistas ao gestor municipal maior responsável pelas políticas públicas de esporte e lazer (secretário ou diretor de esporte e lazer) e a um profissional técnico especializado sorteado entre os respondentes do questionário. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Já os questionários serão compilados, categorizados e analisados.

O sigilo das informações será preservado, nenhum nome, identificação de pessoas, cargos ou instituições, especificamente, será divulgado por este estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins estritamente acadêmico-científicos. Além disso, informamos que este estudo é realizado de acordo com as normas do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UEM e que eventuais dúvidas podem ser esclarecidas com o pesquisador responsável, Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo, pelos telefones: (44) 3267-6940 e (44) 8425-3524.

Eu, _____ **da Secretaria de Esportes e Lazer** da Prefeitura Municipal de _____ - PR, após ter lido todas as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes ao estudo, autorizo a realização da pesquisa intitulada **ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE**.

Município, data da assinatura.

Nome do Gestor da Secretaria/Departamento

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Questionário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada: **ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE**, desenvolvida pelo GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER (GEPPOL), junto ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), orientada pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo. O objetivo da pesquisa é diagnosticar e analisar as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõe o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Para isto a sua participação é muito importante, e se dará da seguinte forma: será realizado um **questionário** com perguntas sobre seu perfil e seu trabalho como agente público. Informamos que poderão ocorrer possíveis desconfortos em participar da pesquisa, haja vista que será necessário despende um tempo aproximado de 20 minutos para responder o mesmo. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos que você pode deixar de responder qualquer pergunta que possa gerar desconforto ou constrangimento, e que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, as quais serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios indiretos aos sujeitos de pesquisa estão relacionados à contribuição para o avanço do conhecimento sobre as políticas públicas de esporte e lazer e os agentes envolvidos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o **Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UEM**, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada, entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos, de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____
declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar
VOLUNTARIAMENTE desta pesquisa.

_____ Data: ____ / ____ / ____
Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, _____,
declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra
nominado.

_____ Data: ___/___/_____
Assinatura do pesquisador - GEPPOL

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador,
conforme o endereço abaixo:

Silvia Bandeira da Silva Lima
Rua Clementina Basseto,318 apto 302
Zona 07 - CEP 87030-110 Maringá - Paraná - Brasil
Email: silviabslima@hotmail.com

Telefones: (44) 9805-6643
(44) 3354-7983

Fernando Augusto Starepravo
Rua Kiri, 1104
Bairro Jardim Quebec - CEP 87023490
Maringá – Paraná – Brasil
Email: fernando.starepravo@hotmail.com

Telefones: (44) 3267-6940
(44) 8425-3524

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser
esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo
Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM
Universidade Estadual de Maringá.
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.
Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.
CEP: 87.020-900.
Maringá-Pr.
E-mail: **copep@uem.br**

Telefone: (44) 3261-4444.

APÊNDICE C – Entrevista Semi-Estruturada

**ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE
ENTREVISTA – GEPPOL – MARINGÁ 2014**

Data da pesquisa: ____/____/____

Pesquisador (a) _____

1. Local _____ da _____ Entrevista

2. Município _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

3. Data de nascimento ____/____/____ Sexo _____

4. Escolaridade:

Curso de

Graduação: _____

Instituição: _____

Ano de conclusão: _____

Curso de Pós-graduação: _____

Instituição: _____

Ano de conclusão: _____

5. Qual _____ seu _____ cargo _____ / _____ função
atual? _____6. Como _____ se _____ deu _____ seu _____ ingresso _____
função/cargo? _____

7. Qual sua renda mensal relacionada/relativa ao Esporte e Lazer nesta instituição?

(1) até um salário mínimo (SM) (R\$724,00)

(2) 1 a 3 SM (724,00 a 2.172,00)

(3) 3 a 5 SM (2.172,00 a 3.620,00)

(4) Mais de 5 SM (3.620,00)

8. Etnia: _____

9. Filiação partidária: _____ Prefeito: _____

ACESSO A INFORMAÇÃO:

10. Quais os principais meios de comunicação que você utiliza para se informar?
11. Você tem acesso à internet? Quantas vezes por semana? Quanto tempo por dia?
12. Acessa algum site específico relativo ao esporte e lazer? Qual?
13. Já participou de algum curso à distância e/ou presencial? E formação voltada para o esporte e lazer? Qual?
14. Como você busca qualificação para exercer sua função?
15. Qual a forma de capacitação/formação você considera que seja mais eficiente para qualificar sua atuação profissional na secretaria/departamento?

DADOS DA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO

16. Há quanto tempo você trabalha com Gestão do Esporte e Lazer?
17. Quais os conhecimentos, saberes e experiências que você julga necessários para desenvolver seu trabalho?
18. Qual seu conhecimento em relação às Leis sobre esporte e lazer (municipais, estaduais e federais)?
19. Qual o seu entendimento acerca do esporte?
20. Qual seu entendimento acerca do lazer?
21. Em sua opinião, qual deveria ser o papel do poder público municipal em relação ao esporte e ao lazer?
22. A sua Secretaria/Departamento possui algum tipo de planejamento nas ações relacionadas a políticas públicas de esporte e lazer? Quais?
23. Você considera que a gestão do esporte e do lazer pode/deve ser desenvolvido atrelado a outros setores/departamentos em seu município?

24. Há uma política de formação, qualificação e atualização dos profissionais da instituição? Quem são os responsáveis pela formação dos profissionais de esporte e lazer?
25. Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento de sua gestão nesta Secretaria/Departamento?